Sexta-Feira, 20 de Novembro de 2026

Deputados articulam vaga para Botelho no TCE

Deu na Gazeta

Pablo Rodrigo A Gazeta

Um grupo de deputados estaduais vem trabalhando nos bastidores a indicação do atual presidente da Assembleia Legislativa (ALMT), Eduardo Botelho (União) para o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE). Botelho é o nome preferido para ocupar a vaga do conselheiro Waldir Teis, que completou 71 anos em outubro deste ano e estaria disposto a antecipar a aposentadoria para se dedicar a família.

Presidente por quatro mandatos consecutivos do parlamento estadual, o deputado amargou o terceiro lugar na disputa pela prefeitura de Cuiabá deste ano e está fora da composição da próxima Mesa Diretora da AL. A indicação marcaria o fim do ciclo de Botelho na ALMT, abrindo espaço para novas lideranças, e serviria como prêmio de consolo para que ele saísse de cena ‘por cima’, em homenagem aos relevantes serviços prestados à frente do Poder Legislativo.

Os diálogos foram intensificados na última semana e, conforme a reportagem apurou, Teis foi bastante receptivo com a possibilidade. Caso a articulação se concretize, o atual secretário de estado de Saúde, Gilberto Figueiredo (União), assumiria a cadeira de deputado estadual, o que agradaria a base aliada do governo Mauro Mendes (União), já que as investigações da Polícia Federal em supostas irregularidades em contratos da pasta poderiam chegar ao secretário e criar um desgaste na imagem da gestão.

Waldir Teis ocupada uma das 4 vagas de livre indicação da Assembleia Legislativa. Ele foi indicado em 2007, em uma articulação do então governador Blairo Maggi junto aos deputados. Em 2020, enquanto ainda estava afastado por decisão do Supremo Tribunal Federal no âmbito da Operação Malebolge, Teis entrou com pedido de aposentadoria na Corte de Contas. O pedido motivou recomendação do Ministério Público Estadual (MPE) para que o TCE não autorizasse a aposentadoria.

O órgão reconheceu que o conselheiro preenchia as condições para se aposentar, porém, negou a autorização sob argumento de que o conselheiro não havia anexado ao pedido qualquer comprovação documental obrigatória. Em 2021, Teis foi reintegrado ao cargo de conselheiro após decisão judicial e não oficializou pedido para aposentadoria.